

1. Aprovação da Ata Nº. 2/2021.



XIII MANDATO

ATA N.º 2/2021

Reunião ordinária pública de 15 de novembro de 2021

Ao décimo quinto dia do mês de novembro de dois mil e vinte e um, pelas nove horas e trinta, no edifício do GNRation, sito na Praça Conde Agrolongo, compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) - e **Vereadores – Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Hugo Alexandre Polido Pires (PS)**, **Artur Jorge Oliveira Feio (PS)**, **Sílvia Cristina Conduto de Sousa (PS)**, **Bárbara Seco de Barros (CDU)** e **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa (PS)**, em substituição do Vereador Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais Macedo (PS), na sequência de comunicação dirigida pelo próprio ao Excelentíssimo Presidente da Câmara, no passado dia 11 de novembro, nos termos do artigo 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atualizada.-----

Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

Para conhecimento foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia nove de novembro de dois mil e vinte e um.-----

ORDEM DO DIA

-----DELIBERAÇÕES-----

1. APROVAÇÃO DA ATA N.º 1/2021: APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 1/2021, NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um: **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE PELOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM DEZOITO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM:** Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, Vereador Altino Bernardo Lemos Bessa,

Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo, Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues, Vereadora Carla Maria Ferreira Sepúlveda, Vereador Hugo Alexandre Polido Pires, Vereador Artur Jorge Oliveira Feio, Vereadora Sílvia Cristina Conduto de Sousa e Vereadora Bárbara Seco de Barros. -----

2. FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2022: Presente a seguinte proposta «Submete-se à consideração do Executivo Municipal e posterior aprovação da Assembleia Municipal, proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2022, em 0,25%, nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º e nos termos da alínea b), do n.º 1, art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea o) do art.º 14º, da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro, que se anexa.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

3. DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE BRAGA NA COMISSÃO DA QUARESMA E SOLENIDADES DA SEMANA SANTA DE BRAGA: Presente a seguinte proposta «Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de designação dos representantes do Município de Braga, na COMISSÃO DA QUARESMA E SOLENIDADES DA SEMANA SANTA DE BRAGA, nos termos do art.º 33º, n.º1, alínea oo) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que se anexa.» **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DO VEREADOR ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, DA VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, DA VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, DO VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E DA VEREADORA CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE O VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, O VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, A VEREADORA SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, O VEREADOR RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

4. DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE BRAGA NO CENTRO DE INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DE CONSUMO (TRIBUNAL ARBITRAL DE CONSUMO): Presente a seguinte proposta «Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de designação do representante do Município de Braga, no CENTRO DE INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DE CONSUMO (TRIBUNAL ARBITRAL DE CONSUMO), nos termos do art.º 33º, n.º1, alínea oo) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que se anexa.» **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DO VEREADOR ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, DA VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, DA**



VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, DO VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E DA VEREADORA CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE O VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, O VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, A VEREADORA SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, O VEREADOR RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

5. DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE BRAGA NA BIBLIOTECA DE LEITURA PÚBLICA DE BRAGA (BIBLIOTECA LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA): Presente a seguinte proposta «Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de designação dos representantes do Município de Braga, na BIBLIOTECA DE LEITURA PÚBLICA DE BRAGA (BIBLIOTECA LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA, nos termos do artº 33º, nº1, alínea oo) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que se anexa.» **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DO VEREADOR ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, DA VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, DA VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, DO VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E DA VEREADORA CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE O VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, O VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, A VEREADORA SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, O VEREADOR RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

6. DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE BRAGA NA ASSOCIAÇÃO DAS FESTAS DE SÃO JOÃO: Presente a seguinte proposta «Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de designação dos representantes do Município de Braga, na Associação das Festas de São João, nos termos do artº 33º, nº1, alínea oo) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que se anexa.» **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DO VEREADOR ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, DA VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, DA VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, DO VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E DA VEREADORA CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE O VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, O VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, A VEREADORA SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, O VEREADOR RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----



7. DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE BRAGA NA ASSOCIAÇÃO QUADRILÁTERO URBANO Presente a seguinte proposta: «Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de designação dos representantes do Município de Braga, na Associação Quadrilátero Urbano, nos termos do artº 33º, nº1, alínea oo) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que se anexa.» **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DO VEREADOR ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, DA VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, DA VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, DO VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E DA VEREADORA CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE O VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, O VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, A VEREADORA SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, O VEREADOR RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

8. DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE BRAGA NA ASSOCIAÇÃO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO Presente a seguinte proposta «Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de designação dos representantes do Município de Braga, na Associação de Psicologia da Universidade do Minho, nos termos do artº 33º, nº1, alínea oo) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que se anexa » **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DO VEREADOR ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, DA VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, DA VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, DO VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E DA VEREADORA CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE O VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, O VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, A VEREADORA SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, O VEREADOR RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

9. DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE BRAGA NA ASSEMBLEIA GERAL DO CEJUR – CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS DO MINHO – CEJUR-MINHO - Presente a seguinte proposta «Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de designação dos representantes do Município de Braga, na Assembleia Geral do CEJUR – Centro de Estudos Jurídicos do Minho – CEJUR-MINHO, nos termos do artº 33º, nº1, alínea oo) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que se anexa » **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DO VEREADOR ALTINO BERNARDO LEMOS**



BESSA, DA VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, DA VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, DO VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E DA VEREADORA CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE O VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, O VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, A VEREADORA SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, O VEREADOR RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

10. RATIFICAÇÃO DA ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO COM A DELEGAÇÃO DE BRAGA DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA PARA APOIO AO PLANO DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19. Presente a seguinte proposta: «Submete-se à consideração do Executivo Municipal, proposta de ratificação da adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa para apoio ao plano de vacinação contra a COVID-19, proposta que se anexa.» A adenda ao referido protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

11. “CONCURSO ECO-NATAL” 2021. Presente a seguinte proposta: «Do Sr. Vereador do Pelouro do Ambiente, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a proposta das Normas do Concurso “Eco-Natal” 2021, proposta que se anexa. Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. » **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

12. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA: Presente a seguinte proposta «Da Divisão do Desporto, Juventude, Associativismo, e Participação Cívica, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a aprovação da minuta ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da parte F – título II do Código Regulamentar do Município de Braga, ao Clube Desportivo Maximinense, no valor de 2.500,00 €, com a finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades». Todos os documentos instrutórios anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

13. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – ENTIDADE. Presente a seguinte proposta : «Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de apoio financeiro ao Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, no valor de 2.500,00 €, como forma de apoio à realização de um conjunto de atividades musicais no Centro Histórico da cidade, celebrado no Dia Mundial da Música em 1 de outubro, de acordo com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, artº. 33º, alínea u).» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

14. PROPOSTAS DE VENDA AO PÚBLICO. Presente a seguinte proposta: «Da Divisão de Cultura, submetendo à consideração do Executivo Municipal, as seguintes propostas de venda ao público: a) Venda do Catálogo da Coletiva Braga 22x22 – BER5; b) Venda do Catálogo do Prémio Bienal de Ilustração de Eixo

Atlântico; c) Venda do livro “A Pré-História Recente da Serra do Carvalho”, de Luciano Vilas Boas; d) Venda do livro “O Palácio de D. José de Bragança” do autor Eduardo Pires Oliveira; e) Venda de Postais da Coletiva “Braga 22x 22 – Braga em Fábulas”. Propostas que se anexam e todas nos termos da alínea u), do artº. 33º, do D.L. 75/2013, de 13 de setembro.» **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DO VEREADOR ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, DA VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, DA VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, DO VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E DA VEREADORA CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE O VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, O VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, A VEREADORA SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, O VEREADOR RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS. -----**

15.ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA – ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS – VISTORIA (ALOJAMENTO LOCAL). Presente a seguinte proposta: «Da DMG submetendo à consideração do Executivo Municipal, com vista a aprovação da Assembleia Municipal a alteração Regulamentar, da tabela de taxas – vistoria (alojamento local), nos termos da alínea k) do nº. 1 do artigo 33º. do anexo I da Lei nº. 75/2013, e para os efeitos constantes da alínea g) do nº. 1, do artigo 25.º do mesmo diploma legal, alteração da tabela de taxas que se anexa.» **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DO VEREADOR ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, DA VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, DA VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, DO VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, DA VEREADORA CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DO VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, DO VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, DA VEREADORA SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA E DO VEREADOR RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA. ABSTEVE-SE A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS. -----**

16.CONTRATO DE EMPREITADA Nº. CPE.9.20.DMOSM – REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO – APROVAÇÃO DA MINUTA DA ADENDA AO CONTRATO. Presente a seguinte proposta: «Submete-se para ratificação, a decisão tomada pelo Sr. Presidente da Câmara de 2 de novembro de 2021, a proposta da minuta de adenda ao contrato da empreitada de “Requalificação e Ampliação da Escola Básica de Este S. Pedro. Tem informação circunstanciada da DMOSM.» A minuta de adenda ao contrato e informações dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO**



PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DO VEREADOR ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, DA VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, DA VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, DO VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E DA VEREADORA CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE O VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, O VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, A VEREADORA SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, O VEREADOR RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

17.CONTRATAÇÃO: EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE FIGUEIREDO”.

CONCURSO PÚBLICO CPE.27.20.DMOSM Presente a seguinte proposta. : «Submete-se para ratificação, a decisão tomada pelo Sr. Presidente da Câmara de 25 de outubro de 2021, relativa à aprovação da retificação da minuta do contrato da “Requalificação da Escola Básica de Figueiredo”. Tem informação circunstanciada da DMOSM.» Os documentos anexados à proposta (retificação da minuta do contrato e informação) dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DO VEREADOR ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, DA VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, DA VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, DO VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E DA VEREADORA CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE O VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, O VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, A VEREADORA SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, O VEREADOR RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

18. APROVAÇÃO DA RETIFICAÇÃO DAS MINUTAS DOS CONTRATOS (LOTES 1, 4, 5 E 6)

CONTRATAÇÃO: “EU JÁ PASSO AQUI” CONCURSO PÚBLICO POR LOTES - CPE.23.21.DMOSM.

Presente a seguinte proposta: «Submete-se à consideração do Executivo Municipal, proposta para aprovação da retificação das minutas dos contratos (lotes 1, 4, 5 e 6) da empreitada “EU JÁ PASSO AQUI”. Tem informação circunstanciada da DMOSM.» Os documentos anexados à proposta (minutas dos contratos e informações) dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DO VEREADOR ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, DA VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, DA VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, DO VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E DA VEREADORA**



CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE O VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, O VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, A VEREADORA SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, O VEREADOR RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

19. CONTRATAÇÃO: “EU JÁ PASSO AQUI” CONCURSO PÚBLICO POR LOTES - PROPOSTA DE ADITAMENTO AO RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO: CPE.23.21.DMOSM: Presente a seguinte proposta «Submete-se para aprovação do Executivo Municipal, proposta de aditamento de retificação ao relatório final de análise e avaliação das propostas, retificando-se o valor da adjudicação correspondente ao lote 2. Propõe-se ainda a retificação e aprovação da minuta do contrato, correspondente à adjudicação ao lote 2. Tem informação circunstanciada da DMOSM.» Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DO VEREADOR ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, DA VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, DA VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, DO VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E DA VEREADORA CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE O VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, O VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, A VEREADORA SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, O VEREADOR RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

20. “LUZBOA - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, LDA” – MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO E APROVAÇÃO DA MINUTA CONTRATUAL Presente a seguinte proposta.: «Da DMG – Divisão Contratação Pública, submetendo à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa à modificação objetiva do contrato e aprovação da minuta da modificação contratual, nos termos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Tem informação circunstanciada da Direção Municipal de Gestão – Divisão de Contratação Pública.» O Vereador Artur Feio referiu que este é o primeiro caso de reequilíbrio financeiro à luz do CCP, e que nos é trazido como justificação do acelerado acréscimo no valor da energia, justificado com a conjectura do mercado que vivemos; no entanto, referiu, existem duas situações distintas a avaliar: em primeiro lugar, o Município abre aqui a porta pela primeira vez para que este reequilíbrio se faça no caso da contratação da energia, mas que será muito provavelmente seguido de outros pedidos de reequilíbrio noutros contratos (prestação de serviços, fornecimentos, etc.). Para o Vereador poderá estar a abrir-se uma “caixa de pandora”, uma vez que esta situação pode desequilibrar as contas do Município de forma imprevista e sem que se tenha ainda a real noção do impacto que tal medida terá. Por



Handwritten signature/initials in blue ink.

outro lado, o facto de a proposta vir sem sustentação jurídica, deixa os Vereadores do PS muito desconfortáveis em votar este ponto, solicitando assim que o ponto fosse retirado e votado em próxima reunião de Câmara. O **Diretor Municipal da Direção Municipal de Gestão**, Dr. Sandro Louro, a pedido do Presidente da Câmara, esclareceu que o processo está informado pelo serviço de Contratação Pública que teve por base o apoio jurídico que a própria Divisão tem internamente. Relativamente à questão concretamente colocada, esclareceu que os mercados, sobretudo o da energia, são muito voláteis, e que se torna difícil a aquisição de energia, uma vez que as operadoras não conseguem assumir os valores inicialmente acordados. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE RETIRAR DA ORDEM DE TRABALHOS**, para esclarecimentos por parte dos serviços técnicos. -----

21.REGULARIZAÇÃO DE FATURAS Presente a seguinte proposta: «Da Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita, submetendo à consideração do Executivo Municipal a regularização de faturas, conforme quadro anexo. Tem informação favorável do Diretor Municipal de Gestão.» Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DO VEREADOR ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, DA VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, DA VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, DO VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E DA VEREADORA CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE O VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, O VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, A VEREADORA SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, O VEREADOR RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

22. INÍCIO DE PROCEDIMENTO - REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE BRAGA. Presente a seguinte proposta: «Da Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita, submetendo à consideração do Executivo Municipal a autorização para iniciar o procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Braga, nos termos do artº. 98.º do CPA.». O **Presidente da Câmara** justificou a submissão desta proposta com a necessidade de existir alguma flexibilidade, sob o ponto de vista da fixação da derrama por parte do Município. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DO VEREADOR ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, DA VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, DA VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, DO VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, DA VEREADORA CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DO VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO**

PIRES, DO VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, DA VEREADORA SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA E DO VEREADOR RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA . ABSTEVE-SE A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

23. PROTOCOLO DE ACESSO À BASE DE DADOS DO REGISTO DE VEÍCULOS. Presente a seguinte proposta: «Submete-se para ratificação do Executivo Municipal, nos termos do artº 35º, nº 3 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o protocolo de acesso à base de dados do registo de veículos, celebrado entre o Instituto dos Registos e do Notariado, IP o Município de Braga e o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP protocolo esse que se anexa.» O protocolo referido dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DO VEREADOR ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, DA VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, DA VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, DO VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, DA VEREADORA CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DO VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, DO VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, DA VEREADORA SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA E DO VEREADOR RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA. ABSTEVE-SE A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

24. OUTRAS ISENÇÕES E REDUÇÕES DE TAXAS. Presente a seguinte proposta: «Da Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita, submetendo à consideração do Executivo Municipal, o pedido de outras isenções e redução de taxas – artigo H-1/16º, conforme quadro anexo” Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

25. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO ESTRATÉGICO DO EMPREENDIMENTO -TMAD- SOLUÇÕES EM MADEIRA E DERIVADOS, LDA. Presente a seguinte proposta: «Submete-se à consideração do Executivo Municipal o processo relativo ao pedido de reconhecimento de interesse público estratégico do empreendimento, apresentado por TMAD-Soluções em Madeira e Derivados, Lda, para os efeitos previstos nos artºs 31º a 33º do Regulamento do PDM, situado na rua de Gaião, Lote 3-UF Celeirós, Avelada e Vimieiro-Braga.» **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DO VEREADOR ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, DA VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, DA VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, DO VEREADOR JOÃO**

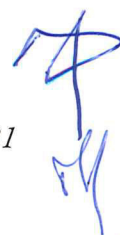


VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E DA VEREADORA CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE O VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, O VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, A VEREADORA SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, O VEREADOR RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores do PS abstêm-se relativamente ao pedido de reconhecimento de interesse público estratégico do empreendimento, apresentado por TMAD-Soluções em Madeira e Derivados, Lda., para os efeitos previstos nos artºs 31 o a 33º do Regulamento do PDM, situado na rua de Gaião, Lote 3-UF Celeirós, Aveleda e Vimieiro-Braga. Não porque exista qualquer eventual incompatibilidade ou impedimento, mas por entenderem que havendo uma relação profissional direta de um dos vereadores do PS, esta posição defende, do ponto de vista ético e político, o interesse público. Não fosse esta situação e votaríamos favoravelmente, como tem sido prática o PS no apoio estratégico a estes processos que engrandecem e galvanizam o nosso Concelho. Na nossa opinião, o compromisso com o interesse público e a necessidade de salvaguardar a imagem externa do PS recomendam esta decisão. Para o PS é importante que se dêem aos cidadãos sinais de que os titulares de cargos políticos e de cargos públicos apenas estão comprometidos com a prossecução do interesse público e com as missões que lhe estão incumbidas no exercício dos seus cargos”. **ABSTEVE-SE A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS. O VEREADOR ARTUR FEIO declarou não participar na votação, por estabelecer relações profissionais com a entidade em questão, tendo-se ausentado da sala enquanto decorria a discussão e votação do presente ponto.**-----

26. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL- TMAD- SOLUÇÕES EM MADEIRA E DERIVADOS, LDA. Presente a seguinte proposta: «Submete-se à consideração do Executivo Municipal o processo relativo ao processo apresentado por TMAD-Soluções em Madeira e Derivados, Lda, nos termos e para os efeitos previstos no artº 25º, nº 3 alínea a) do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (D.L. 73/2009, de 31 de março), situado na rua de Gaião, Lote 3-UF Celeirós, Aveleda e Vimieiro-Braga.» **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DO VEREADOR ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, DA VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, DA VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, DO VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E DA VEREADORA CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE O VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, O VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, A VEREADORA SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, O VEREADOR RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA** que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: - “Os vereadores do PS abstêm-se relativamente ao pedido de

reconhecimento de interesse público municipal do empreendimento, apresentado por TMAD-Soluções em Madeira e Derivados, Lda., para os efeitos previstos nos artºs 31 o a 33º do Regulamento do PDM, situado na rua de Gaião, Lote 3-UF Celeirós, Avelada e Vimieiro-Braga. Não porque exista qualquer eventual incompatibilidade ou impedimento, mas por entenderem que havendo uma relação profissional direta de um dos vereadores do PS, esta posição defende, do ponto de vista ético e político, o interesse público. Não fosse esta situação e votaríamos favoravelmente, como tem sido prática o PS no apoio estratégico a estes processos que engrandecem e galvanizam o nosso Concelho. Na nossa opinião, o compromisso com o interesse público e a necessidade de salvaguardar a imagem externa do PS recomendam esta decisão. Para o PS é importante que se deem aos cidadãos sinais de que os titulares de cargos políticos e de cargos públicos apenas estão comprometidos com a prossecução do interesse público e com as missões que lhe estão incumbidas no exercício dos seus cargos". **ABSTEVE-SE A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS. O VEREADOR ARTUR FEIO declarou não participar na votação, por estabelecer relações profissionais com a entidade em questão, tendo-se ausentado da sala enquanto decorria a discussão e votação do presente ponto. -----**

27. PROPOSTA DA CDU – DEVOLUÇÃO DA AGERE À GESTÃO PÚBLICA: Presente a seguinte proposta: «Submete-se à apreciação do Executivo Municipal, proposta apresentada pela CDU, relativa à devolução da AGERE à Gestão Pública, documento que se anexa.» A Vereadora **Bárbara Barros** sugeriu que se iniciassem as negociações rapidamente com o consórcio de privados para que se encontrem valores justos de aquisição desta empresa municipal, indicando o prazo de um ano para que não se alonguem estas negociações *ad eternum*, tendo como objetivo terminar este mandato com a empresa já nas mãos do Município, o que poderá ocorrer quer por via das negociações, quer por via legal, com as determinações previstas para a re-municipalização. A CDU entende que, alocando verbas do próprio orçamento, ainda que tal não seja conseguido de imediato, é possível à CMB que ao longo destes quatro anos efetue esta aquisição, atendendo também ao facto de considerar que as vantagens de ter o serviço prestado numa gestão 100% pública ultrapassarão os esforços que entende necessários e urgentes. O Vereador **Hugo Pires** começou por declarar que o PS irá apresentar a sua própria proposta, da qual constará a existência de uma comissão, com representantes de vários partidos, que deverá acompanhar este processo. Ainda a propósito do contrato de gestão delegada, refere que numa reunião de executivo municipal ocorrida em 2014 o assunto submetido a discussão foi retirado da agenda e desde então nunca voltou a ser submetido a nova apreciação dos órgãos. Disse ainda que a própria ERSAR terá emitido alguns pareceres negativos e nunca mais se voltou a falar desse tema. A AGERE EM., é uma empresa com 51% de capitais públicos, altamente rentável - que gera cerca de seis milhões de euros de lucros- distribuindo cerca de três milhões pelos privados. No




entanto, é notório o descontentamento relativo ao serviço que a empresa presta: quanto aos ecopontos, quanto à criação da nova ETAR que ainda não foi feita, etc., pelo que entende que sempre seria benéfico para os munícipes que a empresa voltasse a ser 100% municipal. Questionou, por fim, em que ponto se encontra o processo da gestão delegada. O **Presidente da Câmara** concordou com o exposto, dizendo que não duvida que uma AGERE 100% municipal fosse benéfica, já que o Município teria total liberdade para tomar as decisões que entendesse, sendo obviamente também importante ter a receita a reverter em pleno para o Município, ao invés de partilhá-la com os parceiros privados. Acontece, porém, que a empresa tem um valor substancial – foi alienada há quase vinte anos por cerca de vinte e seis milhões e meio de euros, sendo que hoje (apontando para uma transação recente efetuada entre os próprios parceiros privados) a avaliação poderá estar, no seu todo, na ordem dos cem milhões, o que sempre quer dizer que o Município teria de disponibilizar a muito curto prazo (num horizonte de dois/três/quatro anos) um montante nunca inferior a trinta/quarenta milhões de euros, valor esse de que não dispõe. Isto significa que ou há uma injeção absolutamente extraordinária de capital na Câmara que viabilizaria uma operação dessas ou, com os recursos de que dispomos e com o plano de investimentos que está previsto, não estão reunidas condições para fazê-lo. No que concerne ao contrato de gestão delegada, a verdade é que foi, ao longo dos últimos anos, objeto de interações várias entre a Câmara e a ERSAR. Relativamente aos alegados pareceres negativos da ERSAR, a verdade é que uns pareceres são vinculativos, outros não, e existem aspetos dos quais a ERSAR discorda. No entanto, o contrato está agora finalizado. O **Presidente do Conselho de Administração da AGERE, EM, Dr. Rui Morais**, esclareceu que neste momento apenas há que resolver uma questão jurídica, relacionada com as fossas sépticas, que a AGERE, EM entende que deve debitar os valores às pessoas que solicitem a limpeza da fossa, enquanto a ERSAR é da opinião que tem de haver um tarifário mensal fixo. Resolvida essa questão, o processo estará em condições de ser submetidos aos órgãos autárquicos, o que acredita que venha a acontecer muito proximamente. O **Presidente da Câmara** enalteceu ainda que houve uma grande redução de tarifários aplicados à população; e que se é verdade que se em alguns tarifários se notou um agravamento, tal não se deveu a uma opção de gestão, mas de imposições regulamentares – nomeadamente da própria ERSAR, que se tem tentado minorar ao limite. E acrescentou ainda que se é verdade que a AGERE, EM, tem vindo a aumentar os seus lucros é porque a gestão foi otimizando os processos de fornecimento e de contratação, e foi reduzindo os custos de contratação, e não porque tivesse agravado os custos para os consumidores finais. **DELIBERADO REJEITAR A PROPOSTA, COM VOTOS CONTRA DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DO VEREADOR ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, DA VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, DA VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, DO VEREADOR JOÃO VASCONCELOS**



BARROS RODRIGUES E DA VEREADORA CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA; VOTARAM FAVORAVELMENTE O VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, O VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, A VEREADORA SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, O VEREADOR RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

28. AQUISIÇÃO DA FRAÇÃO A, DO EDIFÍCIO DENOMINADO “TEATRO CIRCO”: Presente a seguinte proposta «Submete-se para ratificação do Executivo Municipal, e posterior aprovação da Assembleia Municipal, o ato praticado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 27 de outubro passado, em que exerceu o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor de 960.000,00 €, nos termos do artº 35º, nº 3, 33º, nº. 1, alínea g) e 25º., nº. 1, alínea i) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do artº. 164º. do Código do Procedimento Administrativo.» Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS apresentou a seguinte **declaração de voto:** “ No seguimento do contacto do Sr. Presidente da CM de Braga, no passado dia 26 de outubro, em que solicitava o acordo da CDU relativamente à compra, pelo valor de 960 mil euros, do imóvel pertencente ao banco Santander, inserido no conjunto do edifício do Theatro Circo, cumpre-nos registar e deixar claro o nosso posicionamento:1- Na opinião da CDU, o imóvel em causa é de inegável interesse, não só porque se insere num conjunto de edifícios classificado como Bem Cultural de Interesse Municipal, mas também pelo que representa relativamente à expansão do Theatro Circo e à melhoria das condições do serviço público de cultura que este promove. 2 - De acordo com o Sr. Presidente da CM de Braga, o exercício do direito de preferência por parte do município teria de ser feito até ao dia 28 de outubro. Ora, essa informação apenas nos foi comunicada no contacto do passado dia 26, ou seja dois dias antes, na verdade, um prazo muito curto para se fazer a ponderação que se impunha.3 - No referido contacto, perante a urgência da situação e a escassez de elementos que pudessem suportar a decisão, solicitámos alguns dados, nomeadamente a área total do edifício, o estado de conservação, bem como uma avaliação do imóvel realizada por técnicos municipais para avaliar o valor deste.4 - Da parte do município não recebemos, por que não foi realizada, a avaliação do imóvel, o que, no nosso entendimento, condiciona uma tomada de posição plena sobre o valor proposto pelo proprietário.5 - Neste momento, face aos dados disponíveis, a CDU entende que a CM de Braga deve accionar o direito de preferência e adquirir o imóvel, sob pena de, não o fazendo, o imóvel ter como destino mais que provável um privado, o que constituiria uma oportunidade perdida para a sua definitiva integração em domínio público municipal e respectiva afectação à actividade



cultural do Theatro Circo. Por fim, um apontamento político: é momento de recordar que, por um valor muito próximo, a CM de Braga recusou há poucos anos accionar o direito de preferência para aquisição de parte do edifício do castelo à IP. O edifício foi vendido e, actualmente, a CMB paga a um privado pelo seu arrendamento. Da mesma forma, importa sublinhar que numa perspectiva de investimento, enquadrada na estratégia cultural do município, a aquisição do referido imóvel não pode ser tida como um acto isolado. Pelo contrário, deve impulsionar o projecto cultural para o Cine-teatro São Geraldo, bem como a afectação do edifício da Confiança a funções culturais e sociais” -----

29. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS. -----

-----**OUTROS ASSUNTOS:**-----

-----Pelo **Vereador Hugo Pires**, foram abordados os seguintes temas:-----

- Ocupação à força de imóvel no Bairro das Andorinhas: Há alguns imóveis devolutos, tendo o Vereador conhecimento que houve uma tentativa de ocupá-los, à força, sendo certo que terão até existido estados de ânimo mais exaltados, inclusivamente agressões, nesses momentos. O Vereador questiona se estas ocupações são ou não ilegais, considerando até que existe uma lista de espera que poderá ter sido ultrapassada; -----
- Falta de passadeiras na Rua Sá de Miranda; -----
- Retirada de parques infantis que não mais foram repostos; -----
- Estacionamento de autocarros turísticos no Arco da Porta Nova: esta situação, além de congestionamento de trânsito no local, cria uma imagem pouco dignificante para quem chega à cidade; -----
- Sobrecarga dos Ecopontos/ Falta de higiene e limpeza urbana. -----

-----Pela **Vereadora Bárbara Seco de Barros**, foram trazidos os seguintes assuntos: -----

- Criação de lugares de estacionamento na Praça do Bocage – Para a Vereadora, inevitavelmente que os lugares de estacionamento fazem falta aos moradores, concordando com a sua criação, apenas apresentando reservas – e nesse sentido solicitando uma justificação – quanto ao abate de árvores efetuado no local para esse efeito. -----



- Obra na Rodovia (construção de aparthotel) na parcela que estava previsto já no negócio da permuta de terrenos - No local existiam várias árvores, pelo que a Vereadora questiona se está previsto retirá-las ou não? -----

- Mercado Municipal – Tratamento indigno como os comerciantes estão a ser tratados pelos próprios fiscais; Inflexibilidade quanto ao cumprimento obrigatório dos horários, com ameaças de contraordenação para que os incumpra; Grades para impedir os estacionamento abusivos – Eram muitas vezes arrastadas pelos próprios comerciantes para poderem fazer a descarga do seu produto, quando chegam ao mercado de madrugada, no entanto, agora as grades foram unidas com abraçadeiras para não permitir que ninguém as mova, o que obriga os comerciantes a terem de passar as caixas com o seu produto por cima das grades o que constitui uma séria e incompreensível dificuldade do trabalho destas pessoas. A Vereadora concluiu, dizendo que para além de melhores condições físicas – que naturalmente esta requalificação do edifício lhes deu – os operadores do mercado precisam também da dignificação necessária ao desenvolvimento do seu trabalho. -----

---Em resposta às questões colocadas, respondeu o **Presidente da Câmara**: -----

- Ecopontos e sobrecarga: De facto, a AGERE, EM e o Município têm vindo a desenvolver um projeto relacionado com o reforço da transparência da linha de recolha dos vários contentores do lixo; muitas vezes o que acontece é um comportamento não propriamente cívico de algumas pessoas, que mesmo vendo os contentores cheios, ainda assim depositam o seu lixo no chão, criando uma imagem de abandono, que não corresponde à realidade. A AGERE e a BRAVAL estão a trabalhar para dar eco público dos circuitos e periodicidade de recolha, também para que as pessoas possam fazer um escrutínio mais rigoroso. -----

- Passadeiras: É verdade que há necessidade de reavivar pinturas, sendo certo que essa questão está a ser trabalhada, e que em alguns casos se fará essa a pintura, e noutros casos intervenções mais de fundo, estando previsto que tal ocorra nos para os próximos meses. -----

- Parques infantis: Existiam alguns equipamentos deteriorados, tendo já sido efetuadas algumas queixas à ASAE, pelo que se promoveu à sua retirada, não só para evitar as sanções que daí possam ocorrer, mas essencialmente por questões de segurança. É verdade que em alguns casos ocorreu a remoção sem a posterior reposição, o que vai ocorrer faseadamente, à medida do possível. -----

- Bairro das Andorinhas: Quanto a este assunto o Vereador **João Rodrigues** clarificou que efetivamente existiu uma ocupação abusiva de um fogo, tendo a PSP retirado as pessoas do local. No entanto, passado algum tempo, a habitação estava novamente ocupada. O Município entendeu que havendo uma sentença



judicial, teremos um título para proceder à retirada das pessoas do imóvel, sendo certo que poderá ser um agente de execução a fazê-lo, logo que este será o meio ágil para resolver a situação. -----

- Projeto da Rodovia : Ainda o Vereador **João Rodrigues** esclareceu que dentro daquela que será a área de implantação do edifício, naturalmente não poderão existir árvores; no entanto, o edifício situar-se-á num parque arbóreo considerável e o promotor fará certamente uma «compensação» nas áreas que irá ceder ao domínio público. -----

- Retirada de árvores na Praça do Bocage: Também o Vereador **João Rodrigues** elucidou os presentes que, ao lado do local onde hoje se está a construir um parque de estacionamento, foram plantadas mais árvores do que aquelas que foram retiradas, pelo que o saldo de plantação é superior ao do abate. -----

- Autocarros turísticos: O **Presidente da Câmara** referiu que, na verdade a CMB não tem tutela direta nesta matéria, estando, no entanto, a tentar mitigar o problema. -----

- Mercado Municipal: Esclareceu a Vereadora **Olga Pereira** que não houve, até à presente data, qualquer indicação para instauração de processos contraordenacionais, e a verdade é que estamos a promover uma alteração regulamentar para baixar as molduras das coimas, atento o facto das previstas atualmente serem demasiado pesadas. Relativamente aos comerciantes-produtores, o que se pretende é fazer uma discriminação positiva para aqueles que são do concelho, uma vez que não existe espaço para todos. Ademais, e quanto a estes, não existe obrigatoriedade de permanência diária no mercado, nem de cumprimento integral dos horários. -----

O **Presidente da Câmara** informou ainda que o Município irá entregar no decorrer desta semana a sua candidatura a "Capital Europeia da Cultura", e que a Dr.ª Cláudia Leite, Administradora Executiva da empresa Teatro Circo de Braga EM, S.A, irá promover uma reunião para fazer a respetiva apresentação aos Vereadores. -----

Mais informou que a próxima reunião do Executivo Municipal que ocorrerá no próximo dia 29.11.2021, pelas 18h, será descentralizada, e terá lugar no auditório de Vimieiro. -----

ENCERRAMENTO: Às 10h45m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. -----